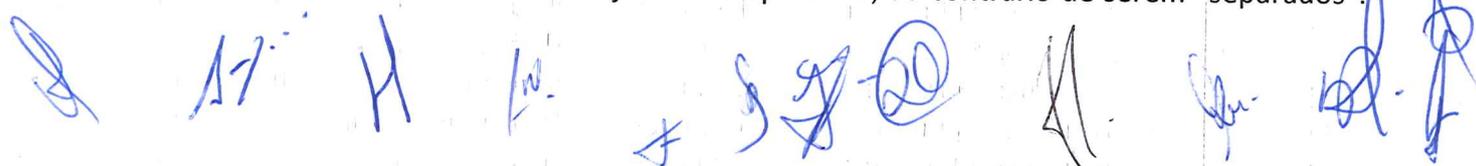


1 **Reunião Ordinária do CONSEC – Realizada em 30 de agosto de 2019, na sala de reunião da**
2 **Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura, sito à Rua Ébano Pereira, 240,**
3 **Centro, Curitiba, Paraná,** contando com a presença dos (as) seguintes conselheiros e
4 conselheiras: Hudson Roberto José (SECC/PR), Fabrício Ferreira (SECC/PR), Anna Paula Zétola
5 (FIEP/SIITEP/PR), Antonia Marlene Vilaca Telles (Macrorregião Oeste), Beni Moura Cardozo
6 (Macrorregião Litoral), Deivid Carlos Santos Lima (Literatura, livro e leitura), Doraci Senger
7 Luy (Macrorregião Centro-Sul), Elaine Oliveira (SEED/PR), Elietti de Souza Vilela (SECC/PR),
8 Fernando Rohnelt Durante (Macrorregião Campos Gerais), Gehad Ismail Hajar (Ópera),
9 Harrison de Camargo (Macrorregião Litoral), Hélcio Luiz Wendler Kovaleski (Macrorregião
10 Campos Gerais), Ivania Sandra Zuqui (Macrorregião Sudoeste), Jeferson Aytta de Miranda
11 (Audiovisual), João Henrique Ernesto de Andrade (Macrorregião Noroeste), Leonardo
12 Franceschi Ferreira (Música), Marcella Souza Carvalho (Dança), Monica Rischbieter (CCTG),
13 Norbert Heinz (Macrorregião Centro – Sul), Pedro Augusto Pereira Gonçalves (Macrorregião
14 Curitiba e Metropolitana), Sergio Marcos Krieger (CPC/SECC/PR), Soraya Lucas Amaral
15 (Macrorregião Noroeste), Stanley Kennedy Garcia (Manifestações populares, tradicionais e
16 étnicas da cultura), Thatianne André da Silva (Artes Visuais). O conselheiro Caio Julio Cesaro
17 justificou a ausência, nesta reunião, por recomendação médica, que orientou a não viajar,
18 para melhor restabelecimento de sua saúde. A sessão teve início às 09h25, com a
19 apresentação da pauta pelo secretário e presidente do CONSEC, Hudson Roberto José,
20 pontuando as estratégias de gestão do governo de Carlos Massa Ratinho Júnior, por meio da
21 unificação das Secretarias (Comunicação e Cultura) enfatizando que os projetos em
22 andamento a exemplo do aprimoramento do PROFICE visando à descentralização dos
23 recursos de forma a contemplar produtores culturais de todas as regiões do Paraná. Disse o
24 Secretário Hudson: “queremos cada vez mais integrar e valorizar todas as regiões do
25 Paraná”. Relatou a intenção de levar itens dos acervos dos Museus para diferentes regiões
26 do Paraná, além de incentivar a vinda de pessoas de outras regiões para visitarem e
27 exporem nos museus da capital. O secretário e presidente, Hudson, mencionou a saída da
28 superintendente Luciana por motivo de mudança da família para outro país, explicando que
29 no momento, a linha de trabalho adotada pela Superintendência está sendo conduzida pelo
30 diretor Fabrício e que a escolha de um suplente oficial será feita pelo Governador Carlos
31 Massa Ratinho Júnior, futuramente. Após, uma breve introdução e explicação de alguns
32 temas o secretário e presidente, Hudson, deu início a pauta do dia. Às 09h39, o diretor
33 Fabrício Ferreira explicou a inversão da pauta, o primeiro ponto seria a entrega à Assembleia
34 Legislativa do Paraná - ALP do Anteprojeto de Lei que institui o Sistema Estadual de Cultura
35 no Paraná (com a participação do presidente da comissão de cultura da ALP – Deputado
36 Recalcatti), mas foi postergado para aguardar a chegada do deputado que estava em
37 viagem. Às 09h40 houve a apresentação do Aplicativo de Cultura para divulgação dos
38 eventos culturais no Paraná, por meio de um vídeo exibido aos participantes da reunião. O
39 secretário Hudson começou a explicar a utilidade do aplicativo e sua essência simples e
40 reforçou que para melhor funcionamento do aplicativo - APP é necessário o
41 comprometimento e participação de todos os gestores e dirigentes dos municípios para a
42 manutenção e atualização das informações de agendas de eventos e equipamentos
43 culturais. Uma apresentação foi exibida por meio de um vídeo, mostrando a reformulação da
44 marca e do conteúdo e funcionalidades do APP. A conselheira Antonia Telles (região Oeste)
45 procurou entender a responsabilidade dos municípios por meio da Lei Estadual de Cultura,
46 quanto à obrigatoriedade de alimentação dos dados no aplicativo e frisou que as iniciativas
47 privadas e públicas deveriam estar juntas no aplicativo, ao contrário de serem “separados”.



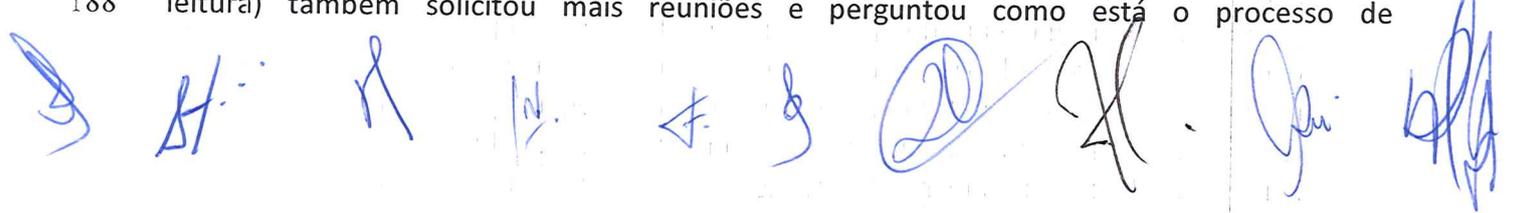
48 O secretário Hudson explicou os temas levantados pela conselheira Antonia, informou que o
49 aplicativo está aberto tanto para iniciativa pública como privada com a participação dos
50 produtores de cultura, gestores e dirigentes públicos. Acrescentou que não só para o
51 aplicativo, mas de maneira geral na cultura, muito mais importante que uma lei para
52 regulamentar as políticas de cultura e atualização das informações junto aos municípios, é
53 buscar um trabalho de conciliação e integração com os municípios. Fazer com que os
54 municípios, produtores locais e dirigentes entendam a importância não só do processo de
55 atualização das informações do aplicativo, mas de cada ato da Secretaria de Cultura do
56 Estado. A Conselheira Antonia questionou como integrar e conscientizar os municípios, o
57 que o Estado fará efetivamente já que muitos não têm conhecimento do Sistema Nacional,
58 Estadual ou Municipal de Cultura. O secretário Hudson explicou à conselheira Antonia que
59 uma série de encontros regionais já foi realizada por meio das oito audiências públicas,
60 envolvendo 149 municípios e 1319 participantes. Apontou também o processo de
61 interiorização do Estado que já ocorreu em Maringá, Cascavel e Londrina e será retomado
62 em outubro de 2019, além da parceria com a Secretaria do Turismo para elaborar um
63 calendário único de atividades culturais ligadas ao turismo. A conselheira Soraya
64 (Macrorregião Nordeste) informou estar preocupada com a junção das secretarias de
65 comunicação e cultura na questão da autonomia enquanto política pública, além do atraso
66 com o compromisso do próprio plano. Gostaria que conquistas históricas no campo da
67 cultura fossem asseguradas com a junção das pastas. Esclareceu que não concorda com essa
68 divisão do dinheiro e suas atribuições, já que o orçamento da cultura é bastante restrito.
69 Questionou se o interior está preparado para manter um "presente" como este aplicativo de
70 cultura devido às más gestões e descompromisso, por não conseguir manter um conselho de
71 cultura. Acrescentou que espera que essa ferramenta não seja um instrumento de política
72 do governo, que ela estabeleça uma conexão real com o interior e que seja eficiente.
73 Gostaria de mais recurso, mais abrangência, mais olhar para o interior e sua produção
74 cultural, mais editais e capacitação. O secretário Hudson esclareceu à conselheira Soraya
75 que há divisão de recursos, que o orçamento da Secretaria da Cultura não foi em nenhum
76 momento levado para outra pasta e ele está garantido para ações futuras, que a
77 Superintendência tem as dotações orçamentárias no modelo que já existia. Reforçou que as
78 ações serão integradas, que 30% do recurso da Secretaria de Comunicação terá foco no
79 desenvolvimento do turismo. Informou que o governo apenas eliminou algumas funções
80 administrativas, cargos técnicos e políticos como a manutenção de apenas uma diretoria que
81 supre tanto a comunicação quanto a cultura, assim como a manutenção de apenas um chefe
82 de gabinete, um diretor administrativo e de pessoal. Acrescentou que funções meio que
83 foram eliminadas e/ou incorporadas, mantendo as funções fins. Assegurou que o orçamento
84 da Cultura foi mantido, não sendo remanejado pra qualquer outra pasta. Reforçou que
85 haverá um aproveitamento do calendário de Turismo pela Secretaria de Cultura, que a
86 Secretária de Turismo mantém seu próprio orçamento e que serão feitas ações conjuntas
87 entre as secretarias. Esclareceu também que não está descaracterizando a capacidade
88 criativa do interior, nem levará a metrópole para o interior, mas que haverá um
89 aproveitamento e compartilhamento da estrutura existente em Curitiba com o interior e
90 demais regiões, assim como o movimento contrário. Citou o exemplo do Festival de Curitiba
91 que será levado para várias regiões do Estado e que haverá uma Mostra Paraná de Cultura
92 dentro do festival como um direito legítimo e não uma obrigação do Estado. O intuito é
93 franquear, dentro das possibilidades de uma atividade pública, usar força, argumentação e
94 relacionamento do Estado para fazer com que as manifestações culturais de todo Paraná,



95 sintam-se presentes também na capital e vice-versa. A conselheira Soraya agradeceu a fala
96 do secretário. Conselheiro Gehad justificou sua ausência na audiência do dia 20 de maio por
97 ter recebido a convocação em um endereço de e-mail que não mais utiliza, aproveitou
98 também para justificar sua ausência no período da tarde do dia 30 de agosto de 2019 por ter
99 assumido outro compromisso antes da alteração de datas da reunião do conselho.
100 Questionou se o anteprojeto de Lei havia sido discutido com o conselho, alegando achar
101 importante que o conselho discuta o projeto antes da entrega, pois pode haver alguma
102 particularidade regional do Paraná, embora siga o padrão do Sistema Nacional. Perguntou
103 também sobre os planos estaduais de cultura de cada área que foram discutidos em 2018 e
104 previamente aprovados pelo conselho, se a atual gestão tem interesse em implementá-los,
105 tornando-os reais para futuramente transformarem-se leis estaduais. Teme que o projeto de
106 lei esteja sendo apresentado precocemente, uma vez que não encerraram as discussões dos
107 planos setoriais tão pouco foi discutido o próprio anteprojeto de lei. Acredita que
108 juntamente com o anteprojeto de lei deveriam ser apresentados os planos setoriais. O
109 secretário Hudson esclareceu que o anteprojeto de lei segue o modelo nacional e que por
110 uma pré-disposição do executivo a entrega foi prevista dentro da reunião, com discussão
111 aberta com a presença do Deputado Recalcatti. Esclareceu que o governo tem até o final de
112 novembro para apresentar a LOA, a LDO e a síntese macro de todas as ações de todas as
113 áreas. Informou também que um calendário está sendo planejado para permitir a discussão
114 das propostas, seguindo a orientação do que já foi discutido com o intuito de implementar
115 uma proposta geral de cultura até o dia 30 de novembro para encaminhar à assembleia para
116 ser estabelecida a partir de 2020. O conselheiro Gehad solicitou a colocação de um ícone
117 para Ópera no aplicativo, pois acredita que não tem seu lugar de mérito. O secretário
118 Hudson apontou que isso poderá ser feito caso haja uma atualização permanente do tema.
119 Conselheiro Gehad informou que o público de ópera compram ingressos com antecipação
120 de dois ou três anos, que seria importante a programação já estar disponível no aplicativo
121 também com antecedência, embora não esteja na cultura do público do Brasil, nem nas
122 produções. Solicitou que o conselho votasse e que fosse entregue na data da reunião o
123 projeto de lei, ou que fosse dado um tempo de estudo para adaptar o projeto à realidade
124 paranaense, votando também a sequencia dos planos setoriais. O secretário Hudson
125 esclarece que não vê como finalizado o projeto indo para assembleia, o que o ocorre é que o
126 processo se inicia na assembleia, sendo um projeto de lei com proposta do executivo e a
127 partir de discussões na assembleia é que a lei é estruturada ou reformulada em caso de
128 necessidade. Conselheiro Gehad insistiu que o conselho tomasse conhecimento do projeto
129 de lei e fizesse suas considerações antes da entrega à assembleia e pusesse em votação, pois
130 tinha a preocupação de constar as prerrogativas dos planos setoriais e as questões das
131 audiências públicas. O Secretário Hudson passou a palavra para a conselheira Elietti que
132 esclareceu que, o conselheiro Gehad, como relatou, não pode estar presente na reunião
133 anterior do CONSEC, quando foi apresentada a proposta de realização das audiências
134 públicas e, na oportunidade, foi avaliado o andamento dos planos setoriais. Esclareceu
135 também que grande parte dos conselheiros participou das audiências que contou com
136 representantes de todas as áreas da cultura. Foram realizadas oito audiências nas quais, por
137 meio da metodologia utilizada, foi possível identificar os problemas de cada setor e as
138 possíveis soluções, de forma participativa, possibilitando um mapeamento de todo o Paraná.
139 Por fim, democraticamente, foram escolhidos representantes de cada área, em cada uma
140 das audiências, resultando em oito representantes por área, que contribuirão na elaboração
141 dos planos setoriais. Alguns conselheiros estaduais estão entre os escolhidos para este



142 trabalho. Sobre o anteprojeto de lei esclareceu que o Paraná já possuía os componentes
143 previstos em lei, mas não tinha a lei que institucionaliza Sistema Estadual de Cultura, e desta
144 maneira não estávamos aptos ao cofinanciamento nem para participar de qualquer edital do
145 Ministério da Cultura. Desta maneira, passou a ser urgente que a secretaria encaminhasse à
146 assembleia uma minuta do projeto de lei que nos garanta participar do cofinanciamento,
147 para que estejamos aptos tanto quanto os demais Estados. Pontuou que isto não
148 inviabilizaria futuras discussões sobre os planos setoriais. O secretário Hudson ressaltou que
149 o Estado está se preparando para poder participar do cofinanciamento entre União, Estado e
150 Municípios por meio das políticas públicas de cultura, assim como participar de editais de
151 programas e projetos propostos pela União. O conselheiro Leonardo (representante da
152 Música) questionou os métodos para alimentar o aplicativo, se a atualização das
153 informações seria simultânea com as imputações no portal de cultura, se seria criada uma
154 rede colaborativa entre os setores para alimentar o sistema. Levantou também a
155 possibilidade de criação de futuros fóruns com foco em temas da cultura, incluindo
156 capacitações. O secretário Hudson esclareceu que haverá uma equipe para suporte aos
157 gestores e dirigentes dos municípios para uso do portal de cultura e concordou na
158 organização de fórum permanente, além dos grupos de WhatsApp já existentes. O suplente
159 do conselheiro Luis César Ferreira, Stanley Kennedy Garcia, concordou com os pontos
160 levantados e esboçou seu contentamento com o andamento dos projetos e da lei que
161 estabelece o Sistema Estadual de Cultura, e ainda questionou a alimentação dos dados se
162 ficaria a cargo dos municípios ou da Secretaria de Estado da Cultura. Informou que seria
163 necessária uma boa articulação entre o Estado, Municípios e os produtores de cultura para
164 que a ferramenta realmente funcione. O secretário Hudson agradeceu e acrescentou que o
165 aplicativo é apenas um facilitador e que a retroalimentação dos dados será feita pelo
166 dirigente cultural de cada município. Informou que a gestão atual está aberta aos diálogos e
167 que tem feito ações para intensificar esses diálogos, visando à integração cultural de forma
168 mais abrangente possível. Conselheiro Jeferson (representante do Audiovisual) indagou se
169 há interação do aplicativo com o PROFICE, sugeriu que o PROFICE tenha um calendário
170 próprio no aplicativo e, que os produtores sejam obrigados a alimentar o APP, com o intuito
171 de tornar a ferramenta usual. Sugeriu que a agenda do estado com relação às atividades
172 culturais itinerantes seja divulgada também no aplicativo, gerando sinergia com os
173 municípios e com o público. O secretário Hudson explicou que o aplicativo passará por
174 ajustes de acordo com as sugestões e que por intermédio de mídia programática será
175 incentivada a divulgação do aplicativo no universo digital e redes sociais. Conselheiro
176 Jeferson informou ser necessário fixar a Lei que institui o Sistema Estadual de Cultura o qual
177 deve ser aprovado o quanto antes. O secretário Hudson agradeceu e complementou que
178 esta é a predisposição do executivo e reafirmou que é necessária a aprovação e a
179 implementação da lei para se ter uma normativa básica. Conselheiro Hércio (Macrorregião
180 Campos Gerais) solicitou que seja dada continuidade ao acordo feito com a ex-
181 superintendente da cultura, quanto aos planos setoriais. O secretário Hudson esclareceu ao
182 representante da Macrorregião dos Campos Gerais que os compromissos firmados pela
183 Luciana estão mantidos. Às 11h00 o Deputado Rubens Recalcatti chegou à reunião e
184 disponibilizou seu tempo aos participantes para discussões e demandas futuras. Conselheiro
185 Norbert Heinz (Macrorregião Centro - Sul) informou que o trabalho começa após a
186 aprovação do plano setorial e pediu que acontecessem mais reuniões e vídeo conferências
187 com as comissões setoriais. O conselheiro Deivid Lima (representante da literatura, livro e
188 leitura) também solicitou mais reuniões e perguntou como está o processo de

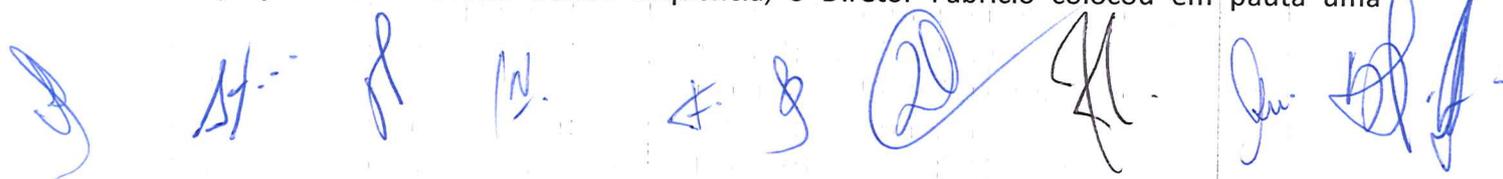


189 reestruturação das comissões. O secretário Hudson esclareceu que aguarda a indicação da
190 nova superintendência para retomar o calendário das reuniões. Conselheira Marcella
191 Carvalho (representante da Dança) retomou alguns pontos da fala do conselheiro Gehad, os
192 quais, segundo ela, mereciam ter seu lugar na discussão já que o conselho é deliberativo,
193 ela gostaria de saber se a minuta foi encaminhada aos conselheiros, se as questões das
194 setoriais foram contempladas e quais os pontos relativos às setoriais. O secretário Hudson
195 esclareceu à representante da Dança que os planos setoriais foram entregues e que o
196 projeto de lei será e discutido na ALP para suprir uma necessidade do Estado, assim como
197 carência de recursos. Conselheiro Nobert Heinz citou alguns temas e abriu discussão, os
198 conselheiros Soraya, Gehad e Stanley também argumentaram. A conselheira Elietti
199 esclareceu aos conselheiros que a estruturação do Sistema Estadual de Cultura deveria ter
200 iniciado pelo projeto de lei que institui o Sistema, pois ele estabelece todos os componentes
201 do Sistema Estadual de Cultura e pela ordem correta, em obediência a essa lei seriam os
202 componentes de cultura (conferência, piso nacional, o conselho), seriam implantados. No
203 entanto, o que se constatou é que o processo deu-se de forma invertida. Acrescentou ser
204 urgente a aprovação do projeto de lei, a fim de regularizar a institucionalização do Sistema,
205 no Paraná, já que esta medida não foi adotada pelas gestões anteriores. A conselheira
206 Doraci Luy (Macrorregião Centro-Sul) apontou que é importante que os conselheiros façam
207 sua parte, que muitas atribuições deveriam ser encaminhadas aos municípios e não são
208 atribuições do governo do Estado, e que as audiências públicas foram uma grande estratégia
209 da superintendência da cultura, pois reuniram as pessoas que querem gerar as mudanças.
210 Acrescentou que os conselheiros usam o tempo da reunião para argumentar demais ao invés
211 de filtrarem as conversas para as reuniões saírem com resoluções e não focar em polêmicas.
212 O secretário Hudson entregou o anteprojeto de lei às 11h22, em nome da Secretaria Estado
213 da Comunicação Social e da Cultura ao deputado Recalcatti, presidente da comissão de
214 cultura na Assembléia Legislativa do Paraná. Dando continuidade na pauta o secretário
215 convidou a Secretária de Cultura, Esporte e Lazer do município de Piraquara, Cristina Rissi,
216 para assinatura do termo de cooperação técnica entre aquela Secretaria e a Secretaria de
217 Estado da Comunicação Social e da Cultura, para o uso do SISPROFICE e, na sequência, o
218 secretário Hudson estabeleceu um intervalo de 10 minutos. Às 11h48 a sessão foi retomada
219 e, o secretário Hudson anunciou que seria feita a apresentação do 3º Edital do PROFICE –
220 Programa de Fomento e Incentivo a Cultura no valor de 33 milhões de reais e pediu sigilo
221 para os conselheiros sobre os critérios do edital, pois a divulgação só é permitida a partir da
222 publicação do edital. O secretário solicitou que a técnica Wanessa (Coordenadora da CIC)
223 fizesse a apresentação do edital. Wanessa esclareceu que seriam apresentados os pontos
224 que poderiam ser alterados, em relação ao edital anterior. Informou que seriam
225 apresentadas duas propostas: 1ª – Foco no local de realização das atividades culturais (faixa
226 de abrangência, faixa orçamentária e percentual de distribuição de recursos); 2ª – Foco na
227 sede do Proponente, portanto, seriam divididas em duas modalidades: Municípios do estado
228 do Paraná excetuando a capital e outra modalidade para Curitiba. A primeira proposta o tem
229 um valor total de R\$ 33 milhões para todo o Estado, indistintamente. Existe uma proposta de
230 mudança na faixa de abrangência em relação aos habitantes dos municípios, com base nos
231 números de projetos e população de cada local e foi proposta uma mudança na faixa
232 orçamentária, com redução baseada nos projetos inscritos, onde abordariam um número
233 maior de projetos. O terceiro ponto foi sobre o percentual de distribuição de recurso, a
234 proposta é reduzir o percentual, semelhante aos números do edital de 2014. Um dos slides
235 apontou a distribuição dos recursos, separados pelas 10 áreas, outro um exemplo de

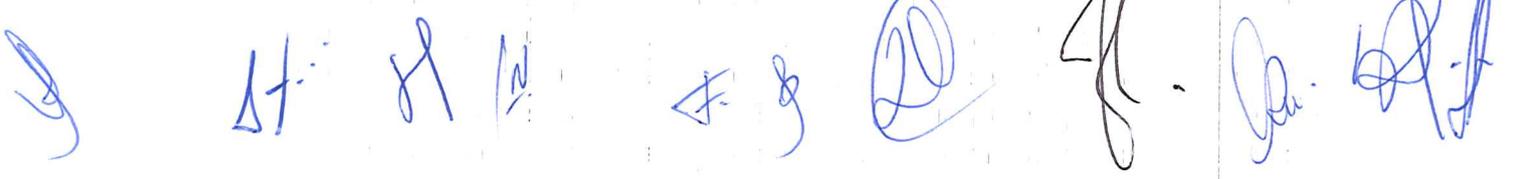
[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page]

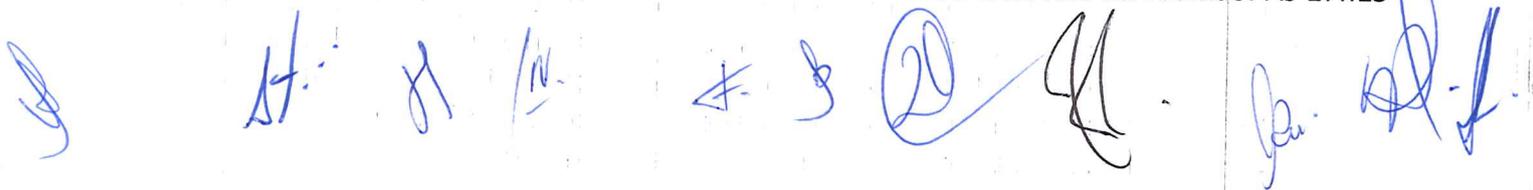
236 quantos projetos seria abrangido pelo novo orçamento – 150 a 200 projetos totais para o 3º
237 edital. Foi mostrado um gráfico representando a quantidade de projetos inscritos por
238 proponentes residentes em municípios, com relação à sede dos proponentes e outro gráfico
239 com a distribuição de recursos por município do proponente. Foram apresentadas duas
240 propostas de edital: a primeira apresentou os critérios para um Edital do PROFICE no valor
241 total de 33 milhões, abrangendo indistintamente todos os municípios do estado; A segunda
242 proposta de edital, visava dividir o valor de 33 milhões por meio de 2 modalidades, sendo
243 que, neste caso, a primeira modalidade seria destinada aos proponentes de Curitiba e o
244 segunda, aos proponentes dos demais municípios do estado, resultando em 16,5 milhões
245 para cada modalidade. Foram objetos de deliberação, também: despesa com captação de
246 recursos; critério com alteração nos parâmetros de pontuação da análise técnica e do mérito
247 do projeto; alinhamento das contrapartidas dos proponentes aos 17 Objetivos de
248 Desenvolvimento Sustentável (ODS); critérios estabelecidos pela CPROFICE para a
249 redistribuição do recurso; impacto da mudança no critério da faixa de abrangência e faixa
250 orçamentária. A coordenadora Wanessa enfatizou que a proposta do edital dividido em duas
251 modalidades oportunizará que proponentes da Capital e do interior possam inscrever seus
252 projetos para captação de recursos do PROFICE, concorrendo de forma equilibrada. Outro
253 ponto destacado pela Coordenadora foi a necessidade de que os beneficiários do PROFICE
254 utilizem o aplicativo do estado como uma das ferramentas de divulgação do cronograma de
255 realização dos projetos aprovados pelo PROFICE, gerando uma agenda cultural do PROFICE.
256 O secretário Hudson esclareceu a inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no
257 edital PROFICE, foi devido a um alinhamento do Governo do Estado com os ODS, propostos
258 pela ONU. Informou que o Paraná foi a primeira subnação (denominação utilizada pela ONU
259 ao referir-se aos Estados/Províncias dos países signatários) do Brasil, a assinar um termo de
260 compromisso com os ODS. O técnico Rogério Mendes Júnior (CIC) apresentou aos
261 conselheiros os objetivos de desenvolvimento sustentável (agenda 2030), contendo 17
262 Objetivos e 169 metas, informando que a cultura contribui de forma direta e indireta para
263 muitos dos ODS. Apresentou exemplos de projetos que atendem aos ODS: Espetáculo
264 “Palmas para que te quero”, que alcança dois ODS, este projeto atendeu nove cidades,
265 impactando 8.320 crianças e com um custo de R\$ 70 mil; o projeto “Ó xente! E os direitos da
266 Gente” abordou todos os objetivos. Informou que o Paraná é o segundo estado com maior
267 adesão ao pacto da ONU. O secretário Hudson agradeceu o trabalho da equipe da CIC e do
268 Conselheiro Jefferson no desenvolvimento do edital do PROFICE e salientou que o principal
269 objetivo das propostas é a descentralização dos recursos, não somente geográfica, mas no
270 incentivo à produção e a circulação dos projetos, em todo o Estado, quebrando um círculo
271 vicioso com relação à produção de projetos culturais. Relatou que alguns produtores têm
272 bons projetos, mas há necessidade de capacitação para entender e cumprir as demandas do
273 edital. Para tanto, será disponibilizado um vídeo tutorial no site da secretaria e futuramente
274 um link no aplicativo de cultura, além da criação de um FAQ (passo a passo com perguntas e
275 respostas freqüentes) em parceria com as universidades estaduais para suprir a necessidade
276 desta qualificação, além de possível criação de uma comissão específica para dar suporte a
277 casos especiais. Na sequência, em razão de compromissos com o Governador, passou a
278 presidência ao Diretor Geral da SECC, Dr. Fabrício Ferreira e chamou o intervalo de almoço.
279 Às 14h40 a reunião foi retomada com a apresentação de um vídeo sobre os ODS – Objetivos
280 do Desenvolvimento Sustentável para finalizar a participação do técnico Rogério que tratou
281 da inserção de práticas para o cumprimento dos ODS, como contrapartida a ser oferecidas
282 nos projetos do PROFICE. Dando sequência, o Diretor Fabrício colocou em pauta uma



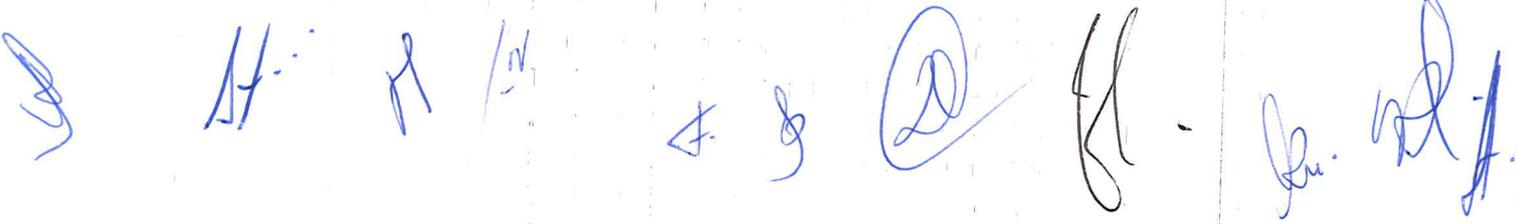
283 reivindicação da Associação de Preservação da Cultura Cigana: reservar parte do edital
284 PROFICE para a cultura cigana. O conselheiro Stanley Kennedy Garcia, que é suplente do
285 conselheiro Luis Cesar Ferreira (Povos, comunidades tradicionais e cultura popular) explicou
286 sobre a igualdade racial, que não se refere apenas à população negra, que as políticas para
287 povos tradicionais devem ser perenes e de longo prazo por tratar de várias dimensões como
288 identidade, reconhecimento, visibilidade das comunidades e populações. Sendo necessário
289 realizar a política em outro aspecto, pois se fizer um levantamento dos projetos do PROFICE
290 será verificado que não existe nada direcionado aos povos tradicionais. Além da necessidade
291 das políticas serem interdependentes, que dialoguem com outras secretarias como saúde e
292 educação. Acredita que um recorte no edital do PROFICE não seja suficiente, que deveria
293 existir um edital exclusivo, com dotação orçamentária específica devido às manifestações
294 culturais ocorrer em espaços e temporalidade diferentes, em particular a comunidade cigana
295 é itinerante e o edital no formato original não atende suas necessidades. Com isso, é
296 importante que a Secretaria da Cultura faça uma discussão, em um espaço específico ao
297 tema, sobre as igualdades raciais que abrange todas as etnias e povos como japoneses,
298 judeus e árabes que compõem o povo brasileiro. O diretor Fabrício Ferreira informou não
299 ser possível fazer essa segregação no edital, mas ficarão registradas as contribuições do
300 conselheiro Stanley para que dentro das políticas públicas haja a contemplação das
301 necessidades e anseios da comunidade cigana e dos povos tradicionais. O conselheiro
302 Stanley parabenizou o Estado pela adesão ao Sistema Nacional de Cultura e sentiu-se feliz,
303 pois o sistema contempla muitos anseios dos povos tradicionais com relação ao direito ao
304 território, à representação e à visibilidade, podendo estabelecer a marcha para efetivação da
305 política pública. Conselheira Soraya Lucas Amaral relatou que a forma atual dos editais e da
306 composição do conselho, não contemplam as novas linguagens e manifestações artísticas
307 das indústrias criativas. Retomou a discussão do conselheiro Stanley, defendendo os
308 movimentos periféricos e urbanos como o *hip hop* e os artistas de rua que possuem uma
309 grande gama de profissionais, sendo necessária uma revisão das cadeiras do conselho.
310 Informou assim como as dificuldades de se trabalhar as manifestações étnicas e culturais, o
311 *hip hop* também não é contemplado dentro do Sistema Estadual de Cultura, por não poder
312 dissociar as quatro elementos dele: *graffiti, MC, DJ e breakdance*. E ao levar para música ou
313 audiovisual, por exemplo, o movimento do *hip hop* perde sua identidade, dificultando o
314 encaminhamento e projetos para o PROFICE. Esboçou sua preocupação com pessoas do
315 interior que estão iniciando a carreira na produção e se deparam com produtores que estão
316 há mais tempo no ramo. Informou que, em Apucarana, não há produtor cultural, apenas
317 produtor de eventos. Pediu atenção às questões periféricas e urbanas, além de dar
318 oportunidade no edital para o produtor iniciante. Diretor Fabrício Ferreira destacou que *hip*
319 *hop* pode se enquadrar em diversas áreas como dança e música. A conselheira justificou que
320 nessa formatação não atente, pois o evento de hip hop é uma nova forma de expressão que
321 vem acompanhado pelo *graffiti, MC, DJ e breakdance*. A técnica Wanessa Cardoso do
322 PROFICE explicou a importância de uma mudança no edital, pois muitas áreas não têm sido
323 contempladas, sugerindo novas discussões futuras para verificar uma possível alteração das
324 áreas e o que é possível ser feito para melhor atender as expressões culturais. A conselheira
325 Antonia questionou o valor da pontuação no edital do currículo. Solicitou também que o
326 cadastro estadual de cultura seja vinculado ao nacional. A técnica Wanessa explicou que o
327 proponente tem que atualizar o plano de realização que sofre alterações no longo do
328 processo, que a pontuação reduziu de 20 para 10 pontos e que demais critérios estão
329 informados no edital. Conselheiro Hércio perguntou a quantidade de projetos contemplados



330 que foram realmente executados. A técnica Wanessa explicou que o prazo das atividades do
331 edital de 2017 vai até agosto de 2020, sendo que 149 projetos foram aprovados, 42 ainda
332 estão na fase de captação e 107 estão em fase de execução. O conselheiro Hécio
333 questionou se não seria interessante criar critérios por municípios em relação ao porte. A
334 técnica Wanessa informou não ser possível prever impacto dessa mudança e que
335 dependeria da análise de dados para o próximo edital. O conselheiro Fernando Rohnelt
336 explicou sobre os patrocínios estatais e que poderia ser destinado um valor a pessoa que
337 desempenha o projeto e não necessariamente ao proponente. Concorda com a questão
338 levantada anteriormente pela conselheira Soraya sobre o hip hop, já em relação às
339 atividades acredita que deveria ter uma ação mais efetiva nas cidades para que haja público.
340 O diretor Fabrício falou sobre o fortalecimento das macrorregiões para que sejam divulgados
341 esses eventos. Os conselheiros Soraya, Fernando e Hécio concordam com a divulgação do
342 evento do PROFICE de forma conjunta entre Estado e Municípios. Conselheira Soraya sugeriu
343 associar o equipamento ao evento. A técnica Wanessa informou ser necessário que o
344 município cadastre o equipamento no SIC. Conselheiro Fernando sugeriu que os eventos
345 ocorram dentro de festivais do estado. Conselheiro Jeferson solicitou que eventos sejam
346 feitos nos moldes do "film comission". Conselheira Ivania falou sobre a colaboração no
347 espaço e sugeriu que o município solicite os eventos com divulgação da rádio local. Diretor
348 Fabrício explicou que o edital poderia prover um produtor local. A técnica Wanessa sugeriu
349 criar uma categoria de produtores locais. Conselheiro Jeferson falou sobre acesso à
350 informação e formação de agentes facilitadores. Conselheiro Sérgio Marcos reforçou a
351 importância da divulgação dos eventos pelos municípios por meio do aplicativo de cultura.
352 Conselheiro Beni sugeriu à secretaria priorizar projetos de formação, já que não há
353 investimento em capacitação atualmente. Conselheira Ana explicou sobre o currículo e que
354 deveria ter percentual de troca. Conselheiro Hécio questionou sobre a formação de plateia
355 e de que forma está contemplada no edital. Lançou a preocupação de como amarrar no
356 processo da inscrição a formação da plateia. Conselheiro João Henrique sugeriu transformar
357 a formação em uma política de governo. Finalizando o tópico, conselheiro Stanley abordou a
358 importância da formação de público em Londrina, assim como políticas que dialoguem com
359 a realidade das pessoas, diminuir a importância dos currículos. Às 16h11 iniciou a votação
360 dos seguintes tópicos: faixas orçamentárias, percentual de distribuição de recurso e a divisão
361 nas modalidades dos municípios do Paraná e Curitiba. Também foi destacado o tópico da
362 despesa com captação de recursos. Conselheiro Jeferson explicou a captação para o
363 produtor e captador e propõe colocar em votação a sugestão do diretor Fabrício Ferreira
364 (SECC/PR), em estabelecer o percentual de 2,5% para a figura do captador de recursos nos
365 projetos culturais, quando o incentivo recebido partir de uma empresa estatal de qualquer
366 esfera administrativa e 10% para a figura do captador de recursos quando o incentivo
367 aportado partir de empresa incentivadora de instituição privada que logo em seguida foi
368 aprovado. O próximo tópico foi o impacto das mudanças nos critérios, que também foi
369 aprovado pela maioria, com exceção dos conselheiros Hécio e Stanley, que pediam a
370 redução do currículo para cinco pontos. A necessidade de articulador local no projeto com
371 residência no município há mais de seis meses também foi aprovado. A conselheira Elietti
372 propôs que o tema do Conselho Nacional de Política Cultural fosse tratado por meio de uma
373 web conferência, na próxima semana, o que foi aprovado por todos os conselheiros, ficando
374 indicados os seguintes conselheiros para tratarem do tema: Jefferson, Leonardo, Hécio e
375 Antonia. Ficou decidido também que a pauta dos resultados das audiências públicas será
376 apresentada na reunião em Londrina. Às 16h53 foi dado um intervalo na reunião. Às 17h15



377 reiniciou com a pauta sobre a eleição do CONSEC. O técnico Danilo (SECC) apresentou o
378 regulamento das eleições por meio online. A eleição para a escolha dos candidatos a
379 membros do CONSEC foi estabelecida para o dia 12 de novembro de 2019, das 8h às 18h, em
380 ambiente virtual. Conselheira Antonia perguntou como se dará o cadastro dos eleitores. O
381 técnico Edson (SEEC) explicou sobre o processo em que o candidato precisa confirmar sua
382 inscrição. Regulamento foi aprovado com ressalva de acrescentar declaração de endereço no
383 caso de candidato indígena ou itinerante. Conselheira Elietti colocou em pauta a aplicação
384 dos recursos do Fundo Estadual de Cultura, lembrando que tendo em vista o valor
385 disponível, há solicitação de destinação destes recursos para compra de equipamentos
386 eletrônicos visando a modernização e aumento da capacidade de atendimento da
387 Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultura da SECC. O conselheiro Sergio explicou as
388 demandas de atualização de equipamentos, como por exemplo, o uso de *drone* para auxiliar
389 em vistorias de patrimônio natural (Serra do Mar e Escapa Devoniana, entre outros) assim,
390 como Equipamentos de Proteção Individual – EPI – para os funcionários, necessários para
391 verificação “in loco”, GPS, entre outros. Foi apresentado pelo funcionário da área de
392 informática da SECC, Edson Graff a demanda de equipamentos para reunião do CONSEC,
393 como gravação de áudio e vídeo, reunião por web conferencia, visando redução de custos
394 (deixando de contratar tais serviços a cada reunião). Após apresentação das demandas a
395 conselheira Antonia manifestou-se favorável a aprovação do pleito, contudo, recomendou
396 que fosse feito um melhor planejamento com o orçamento do FEC, em 2020. Conselheira
397 Marcela questionou se não haveria outra possibilidade para uso de fundo. Conselheira
398 Soraya sentiu-se incomodada por este recurso e ser aplicado em projetos culturais e
399 recomendou que seja necessário gestão e planejamento estratégico para os demais anos,
400 sendo mais eficiente para uso em projetos artísticos. Conselheiro Stanley gostaria de discutir
401 o fundo em outras esferas, mas acredita que o destino aos equipamentos seja importante
402 também. Conselheiro Jeferson informou que faltou proposta do conselho para uso do fundo,
403 repetindo o mesmo erro do ano anterior e acredita que a compra dos equipamentos seja a
404 melhor solução. Conselheiro Leonardo concordou com a compra, mas desde que seja de uso
405 exclusivo da Cultura. Conselheiro Deivid aprovou somente por não ter uma melhor proposta
406 e tempo suficiente. Conselheira Marcela sugeriu que alguns dos equipamentos sejam
407 utilizados nos projetos aprovados no PROFICE com termo de cessão e responsabilidade a fim
408 de democratizar o uso. Conselheira Antonia aprovou, mas solicitou uma proposta de
409 planejamento para 2020. A Compra foi aprovada por maioria. A Secretaria Geral do Conselho
410 informou que, para a próxima reunião prevista para Londrina, só poderão participar da
411 reunião os conselheiros que tiverem Cartão Corporativo, visto que não tempo hábil para
412 proceder a licitação de contratação de serviços de alimentação e hospedagem, naquela
413 cidade. Portanto, aqueles conselheiros que ainda não se dirigiram ao Banco para cadastro da
414 senha, devem fazê-lo, o quanto antes a fim de viabilizar a confecção do cartão e envio, por
415 sedex aos mesmos. Esta informação foi reforçada pelo presidente, Dr. Fabrício, Diretor Geral
416 da SECC. Nada mais havendo a ser tratada, a reunião foi encerrada às 18h36 e foi lavrado a
417 presente ata, que vai assinada por mim, Adriane Santos, pela Conselheira e Secretária Geral
418 do CONSEC, Elietti de Souza Vilela, pelo Presidente do CONSEC, Secretário Hudson Roberto
419 José, Diretor Geral da SECC (substituto natural do Presidente nas suas ausências) e pelos
420 demais presentes.





Adriane Santos
SEEC

Anna Paula Zétola
FIEP/SIITEP/PR



Antonia Marlene Vilaca Telles
Macrorregião Oeste

Beni Moura Cardozo
Macrorregião Litoral



Danilo Buss
SEEC



Deivid Carlos Santos Lima
Literatura, livro e leitura



Doraci Senger Luy
Macrorregião Centro-Sul

Elaine Oliveira
SEED/PR



Elietti de Souza Vilela
SECC



Fabrício Ferreira
SECC



Fernando Rohnelt Durante
Macrorregião Campos Gerais

Gehad Ismail Hajar
Ópera

Harrison de Camargo
Macrorregião Litoral



Hélcio Luiz Wendler Kovalesk
Campos Gerais


Hudson Roberto José
Secretário da Comunicação Social e da
Cultura


Ivania Sandra Zuqui
Macrorregião Sudoeste

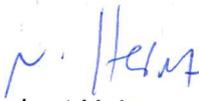

Jeferson Ayetta de Miranda
Audiovisual

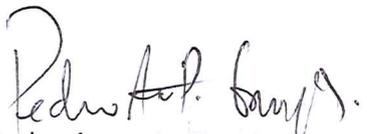

João Henrique Ernesto de Andrade
Macrorregião Noroeste

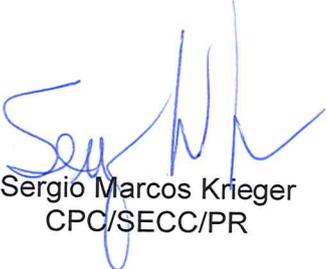

Leonardo Franceschi Ferreira
Música

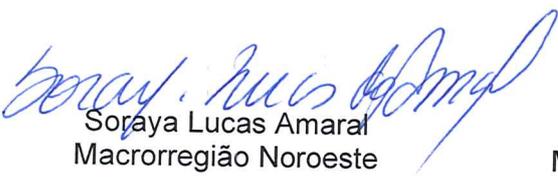
Marcella Souza Carvalho
Dança

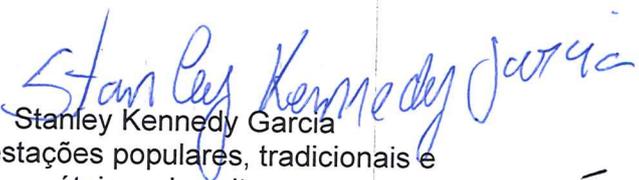
Monica Rischbieter
CCTG


Norbert Heinz
Macrorregião Centro – Sul


Pedro Augusto Pereira Gonçalves
Macrorregião Curitiba e Metropolitana


Sergio Marcos Krieger
CPC/SECC/PR


Soraya Lucas Amaral
Macrorregião Noroeste


Stanley Kennedy Garcia
Manifestações populares, tradicionais e
étnicas da cultura


Thatianne André da Silva
Artes Visuais